

Bahia reforça proteção da fauna no Dia da Vida Selvagem

Degradação ambiental ameaça espécies da fauna silvestre baiana

Matheus Lemos/Ascom Sema

No dia 3 de março foi celebrado o Dia Mundial da Vida Selvagem, data que chama a atenção para a importância da preservação da fauna e da flora em todo o planeta.

A mobilização também alerta para ameaças cada vez mais presentes, como o tráfico de animais silvestres, a destruição de habitats naturais e os impactos das mudanças climáticas. Na Bahia, esse trabalho de proteção é conduzido pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), responsável por ações que vão desde a fiscalização ambiental até o resgate, tratamento e reintegração de espécies à natureza.

O órgão atua por meio da Coordenação de Gestão de Fauna, que desenvolve atividades de monitoramento e combate a crimes ambientais, além de ações voltadas à conservação da biodiversidade. O trabalho inclui operações contra a caça ilegal, captura e comercialização de animais silvestres, práticas que representam uma das principais ameaças à fauna brasileira.

Diversas espécies que vivem na Bahia enfrentam risco de extinção em razão da degradação ambiental, da expansão urbana e de atividades ilegais. Entre elas estão a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), ameaçada pela perda de habitat; o mico-leão-dourado (*Leontopithecus chrysomelas*), afetado pela frag-



A presença dessas espécies ameaçadas evidencia a pressão sobre os biomas baianos

mentação florestal; e o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), prejudicado pela caça e pela degradação ambiental. Também preocupa a situação da onça-parda (*Puma concolor*), espécie que sofre com a redução das áreas naturais, conflitos com atividades agropecuárias e atropelamentos em rodovias.

A presença dessas espécies ameaçadas evidencia a pressão so-

bre importantes biomas presentes no estado, como a Mata Atlântica e a Caatinga.

Diante desse cenário, o fortalecimento de políticas públicas de conservação se torna fundamental para preservar os ecossistemas e garantir a sobrevivência da fauna.

Segundo a especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos e integrante da coordenação

de fauna do Inema, Marianna Pinho, o trabalho envolve diferentes frentes de atuação. Entre elas estão as ações de fiscalização e também o uso do licenciamento ambiental como instrumento de proteção. Por meio desse mecanismo, empreendimentos precisam cumprir condicionantes que estabelecem medidas mitigadoras e compensatórias voltadas à redução de im-

pactos sobre a fauna.

Outro eixo importante da política ambiental é a criação e gestão de Unidades de Conservação estaduais. Essas áreas protegidas são fundamentais para garantir a preservação dos ecossistemas e das espécies que dependem deles.

Entre as categorias existentes estão as unidades de proteção integral, como parques estaduais e estações ecológicas, voltadas principalmente à conservação da vida silvestre e de seus habitats naturais.

No atendimento direto aos animais, o Inema conta com estruturas especializadas conhecidas como Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS). Esses espaços recebem animais vítimas de tráfico, atropelamentos, eletrocussão ou criação irregular. Nos centros, os animais passam por triagem, identificação, avaliação clínica, recuperação e reabilitação antes de uma possível devolução à natureza.

Após o tratamento e a recuperação, os indivíduos considerados aptos podem ser encaminhados para áreas apropriadas de soltura. Essas regiões são previamente avaliadas pelo órgão ambiental.

Entre os principais desafios enfrentados pelo Inema está conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da biodiversidade. Para isso, o órgão mantém integração com setores de fiscalização e regulação ambiental e participa de iniciativas nacionais de proteção da fauna.

Projeto de rede aberta chega ao Nordeste

Agência GOV

A expansão do projeto Open-RAN@Brasil está levando novas oportunidades de desenvolvimento tecnológico para o Nordeste e outras regiões do país. A iniciativa do Governo Federal amplia a rede de laboratórios de testes voltados à criação de soluções para as futuras redes móveis 5G e 6G, permitindo que pesquisadores, startups e universidades desenvolvam e testem tecnologias sem precisar investir em equipamentos de alto custo ou se deslocar para os grandes centros.

Nesta nova fase, foram implantados novos ambientes de experimentação — conhecidos como testbeds — nas regiões Norte, Sul e, principalmente, no Nordeste. Até então, os laboratórios estavam concentrados apenas no Sudeste e no Centro-Oeste. Com a ampliação, o projeto busca aproximar a infraestrutura de pesquisa dos ecossistemas re-

gionais de inovação e fortalecer a produção tecnológica fora dos polos tradicionais.

No Nordeste, o novo polo de experimentação será sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que passa a liderar o desenvolvimento de aplicações voltadas para cidades inteligentes, segurança pública e serviços digitais urbanos. A presença do laboratório na região deve estimular parcerias entre universidades, empresas de tecnologia e startups locais, além de impulsionar soluções que respondam a desafios específicos das cidades nordestinas, como mobilidade urbana, gestão de dados e conectividade em áreas de grande densidade populacional.

A expansão foi anunciada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, responsável pela coordenação da política nacional de inovação tecnológica.



Nordeste se destaca na aplicações de cidades inteligentes

O projeto é conduzido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, com suporte técnico do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, institui-

ções que atuam na integração das infraestruturas e no suporte aos pesquisadores envolvidos.

A iniciativa tem como objetivo democratizar o acesso

às tecnologias de redes móveis ao adotar o modelo conhecido como Open RAN (Rede de Acesso por Rádio Aberta). Diferentemente da arquitetura tradicional das telecomunicações — em que equipamentos e softwares são fornecidos por um único fabricante — o modelo aberto permite que diferentes componentes da rede sejam desenvolvidos por empresas distintas, desde que sigam padrões de interoperabilidade.

Esse formato facilita a entrada de empresas nacionais no mercado de telecomunicações, reduz custos de implantação e amplia a soberania tecnológica do país na infraestrutura de comunicação digital. Além disso, cria um ambiente mais favorável para o desenvolvimento de softwares especializados que podem ser utilizados em equipamentos de diferentes fabricantes.